

# **FLEXIBILIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CURRICULAR DE PEQUENO PORTE: APONTAMENTOS LEGAIS, CONCEITUAIS E ORIENTADORES À PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA**

## **SMALL-SCALE CURRICULAR FLEXIBILIZATION AND ADAPTATION: LEGAL, CONCEPTUAL AND GUIDING NOTES ON INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICE**

Anderson Oramisio Santos<sup>1</sup>  
Guilherme Saramago de Oliveira<sup>2</sup>  
Silvânia Santos Pereira<sup>3</sup>

### **Resumo**

A inclusão escolar é para além das políticas públicas, e, partindo disso, a presente pesquisa aborda a importância das flexibilizações curriculares na educação básica e os seus reflexos nas práticas pedagógicas referentes ao processo de inclusão de estudantes com Deficiências. A grande inscrição de estudantes na Educação Inclusiva tem demandado modificações nas políticas públicas e na estrutura curricular, exigindo contemporização para tornar as unidades escolares em ambientes também inclusivos. O objetivo é analisar a adaptação ou “Flexibilização Curricular” nas práticas pedagógicas para o acesso e aprendizagem de estudantes/as, público-alvo da Educação Especial, a partir de análises de documentos norteadores da educação inclusiva. A metodologia utilizada foi qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que os documentos nacionais e internacionais, reconhecem a importância da Educação Inclusiva e promove a adaptação e flexibilização das práticas pedagógicas e curriculares para atender aos estudantes com deficiências e que a “Flexibilização Curricular” não se trata apenas de adaptar conteúdos, mas de criar um ambiente educacional sensível às necessidades emocionais, cognitivas e sociais dos estudantes. A colaboração entre professores da sala de aula regular, profissionais do AEE – Atendimento Educacional Especializado, estudantes e comunidade é destacada como fundamental para uma Educação Inclusiva eficaz. Por fim, a pesquisa possibilitou entender que à “Flexibilização Curricular” – “Adaptação Curricular” atuam como facilitadoras do processo de inclusão são vistas como um compromisso com a equidade, diversidade e construção de um ambiente educacional democrático e significativo para todos os estudantes.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Currículo Flexível. Atendimento Educacional Especializado. “Flexibilização Curricular”. “Adaptação Curricular”.

### **Abstract**

School inclusion goes beyond public policies, and, based on this, this research addresses the importance

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Docente dos cursos de pós-graduação lato sensu da Unifucamp. Tutor EAD do curso de Pedagogia do IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo . E-mail: anderson.oramisio@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Docente do Curso de Pedagogia e do PPGED-UFU da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: gsoliveira@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia. Especialista em Gestão Escolar. Docente da rede pública privada e estadual de Uberlândia. silvaniasantos@hotmail.com

of curricular flexibilities in basic education and their impact on pedagogical practices regarding the process of inclusion of students with disabilities. The large enrollment of students in Inclusive Education has demanded changes in public policies and in the curricular structure, requiring compromise to make schools also inclusive environments. The objective is to analyze the adaptation or “Curricular Flexibilization” in pedagogical practices for the access and learning of students, the target audience of Special Education, based on analyses of documents guiding inclusive education. The methodology used was qualitative, through bibliographic and documentary research. It is concluded that national and international documents recognize the importance of Inclusive Education and promote the adaptation and flexibility of pedagogical and curricular practices to meet the needs of students with disabilities, and that “Curricular Flexibility” is not just about adapting content, but about creating an educational environment that is sensitive to the emotional, cognitive and social needs of students. Collaboration between regular classroom teachers, professionals from Specialized Educational Services (SEA), students and the community is highlighted as fundamental for effective Inclusive Education. Finally, the research made it possible to understand that “Curricular Flexibility” – “Curricular Adaptation” act as facilitators of the inclusion process and are seen as a commitment to equity, diversity and the construction of a democratic and meaningful educational environment for all students.

**Keywords:** Inclusive Education. Flexible Curriculum. Specialized Educational Services. “Curricular Flexibility”. “Curricular Adaptation”.

## 1. Introdução

Refletir sobre a Educação Inclusiva, nos remete à uma escola acessível a todos, envolvendo as transformações estruturais, profissionais, culturais e críticas, além da qualidade do ensino e aprendizagem, a funcionalidade, a operacionalização do currículo escolar, com vistas a garantir a igualdade de oportunidades, com seriedade promover relações dialógicas com a comunidade escolar sobre o planejamento de ações educacionais, ações didáticas e pedagógicas que sejam condizentes ao contexto diverso e complexo que envolvem cada escola.

A inclusão de estudantes com deficiência na sala de aula regular e o currículo flexível são elementos essenciais para a Educação Inclusiva. A “Flexibilização Curricular” – “Adaptação Curricular”, é essencial para que a educação seja acessível a todos os estudantes, permitindo que o currículo se adapte às necessidades de cada estudante.

Desse modo o estudante com deficiência deve fazer parte da sala de aula regular, aprendendo as mesmas coisas que os demais da classe, mesmo que de maneira diferente, cabendo ao professor regente de aulas, ao professor regente de sala de aula e o profissional do Atendimento Educacional Especializado promover a “Flexibilização Curricular” - “Adaptação Curricular”, que leve em conta a diversidade, que deve ser, antes de tudo, flexível, com objetos de aprendizagens e atividades que os estudantes participem e avancem em suas

possibilidades e limitações, ou seja, mediante as características específicas de cada estudante.

Em um cenário em que a inclusão se constitui como pano de fundo que organiza as práticas escolares, considera-se oportuno provocar reflexões sobre o currículo escolar, revisitar e propor práticas pedagógicas que se articulam para compor o currículo flexível, com vistas à "Flexibilização Curricular"- "Adaptação Curricular", ao público da Educação Inclusiva, constitui o núcleo central da pesquisa que estão nos documentos legais nacionais e internacionais. A pesquisa em tela enfatiza sobre a "Flexibilização Curricular"- "Adaptação Curricular", como estratégias/metodologias de planejamento que pretendem proporcionar diferentes oportunidades de aprendizagem, para os diferentes estudantes com deficiência no ambiente escolar, valorizando, potencializando suas habilidades e respeitando suas limitações.

Assim, esta pesquisa tem como questão norteadora é Flexibilização Curricular? O que é "Adaptação Curricular"? E qual sua importância e contribuições no processo de escolarização de estudantes com deficiência?

Nessa perspectiva, o objetivo desta investigação é analisar a temática "Flexibilização Curricular"- "Adaptação Curricular", tendo em vista a sua indicação nos documentos normativos e orientadores como providências que foram implementadas para atender a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial. Neste estudo se almeja, ainda: a) analisar o tema da "Flexibilização Curricular"- "Adaptação Curricular", nas normativas e documentos orientadores para a inclusão escolar destes estudantes na educação básica.

Assim pretende-se com essa pesquisa ampliar e sistematizar conhecimentos teóricos para ressignificação da prática pedagógica do professor regente de aulas, do professor regente de turmas e do profissional que atua no AEE – Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos multifuncionais, sobre a forma de organização curricular escolar para os estudantes com deficiência, a formação dos professores e sobre as relações dos indivíduos no ambiente escolar.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que é "[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (Gil, 2002, p. 17), e da pesquisa qualitativa que "[...] responde a questões muito particulares", preocupando-se "[...] nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado" (Minayo, 2012, p. 21), ou seja, trabalha-se com um nível de realidade que tem no seu objeto a característica da subjetividade.

Durante a pesquisa valorizou os processos inclusivos e foi elaborado como uma

análise de caráter teórico/documental que colocou em evidência os documentos do Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. A revisão de literatura também possibilita identificar lacunas no conhecimento já estabelecido, apontando para direções futuras de investigação, desempenhando um papel essencial na construção do embasamento teórico de uma pesquisa, contribuindo para sua credibilidade e relevância.

Nesse processo, é necessário buscar e examinar tanto fontes primárias, como livros e artigos científicos, quanto fontes secundárias, como revisões e sínteses de estudos anteriores (FLICK, 2013, p. 43).

## **2. As Políticas Educacionais e a Educação Inclusiva**

A nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei. Ela abrange os indivíduos de todas as classes sociais, tendo como pilar o princípio da democracia social, que é a igualdade de oportunidades.

Nesse sentido a Carta Magna de 1988, afirma que,

[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Todos têm direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, previdência social, à proteção, à maternidade, à infância e à assistência aos desamparados, na forma da Constituição. [...] “A educação é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF, 1988).

Na sequência a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205 e 227, postulam:

É assegurado, com absoluta prioridade, à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária e ainda, é dever do Estado a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos

arquitetônicos.

Analisando o texto da Carta Magna de 1988, já seria garantido a resolução de muitas situações vividas por pessoas com deficiência em idade escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), também assegura todos os direitos relacionados à educação, e em relação aos direitos específicos da Educação Especial preconizados nos Art. 4º. III; Art. 58, § 1º, § 2º; Art. 59): Atendimento Educacional Especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Buscando clarificar sobre o público da Educação Especial, enfatiza-se o Artigo 4º da Resolução Nº 4/2009:

I – Estudantes com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II – Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição estudantes com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

III – Estudantes com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Resolução CEB/MEC Nº 4/2009).

Vale ressaltar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, cumprindo os dispositivos legais, políticos e filosóficos que fundamentam o atendimento do público alvo da Educação Especial, assegurando a Inclusão Escolar desses estudantes em salas de aulas do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem, continuidade nos níveis mais elevados de ensino, e organiza-se de modo a aperfeiçoar os pressupostos da prática pedagógica social e da educação inclusiva.

Neste sentido a Resolução CNE/CEB nº 04/2009, preceitua que as escolas devem assegurar no seu Projeto Político Pedagógico – PPP, propostas pedagógicas, recursos e

serviços de atendimento educacional especializado, organizados para apoiar a educação nas classes comuns, de modo a garantir a escolarização e a promoção do desenvolvimento das potencialidades dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais.

Ainda em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 – artigo 59, alterado pela Lei nº 12.796/2013, “[...]Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

A transversalidade da educação especial é enfatizada no artigo 58 da LDBEN nº 9.394/96 (alterada pela Lei nº 13.632, de 2018), que estabelece que a oferta da educação especial se inicia na educação infantil e estende-se ao longo da vida. O Ministério da Educação - MEC, no intuito de orientar a transversalidade da Educação Especial a todos os níveis e demais modalidades de ensino, afirma que ela,

[...] fundamenta-se em três eixos estratégicos: institucionalização, financiamento (adaptações do espaço físico, materiais, mobiliário, equipamentos e sistemas de comunicação alternativos) e orientações das práticas pedagógicas inclusivas (BRASÍL, 2017, p. 08).

Logo é possível compreender que a Educação Especial e sua transversalidade, traduz em um direito que tem a função de disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, por meio de práticas que são orientadas por diversas literaturas, e influências prescritivas curriculares dos documentos legais nacionais e internacionais.

Nos escritos de Segundo Lunardi-Mendes (2005), as práticas curriculares são

[...] o exercício característico da escola na organização e desenvolvimento do currículo, ou seja, dos conteúdos e das formas de sua transmissão, o que inclui atividades e tarefas propostas, bem como acompanhamento dos estudantes no processo ensino-aprendizagem (LUNARDI-MENDES, 2005, p. 4).

Assim compreender, o movimento curricular e o desenvolvimento curricular na educação básica, na perspectiva da Educação Inclusiva, constitui-se o grande desafio da atualidade, pois o currículo escolar é um campo que circunda interesses, relações de poder e

disputas sociais, pois é um processo político que envolve a elaboração e reelaboração de conteúdos(objetos de aprendizagem), metodologias e estratégias de aprendizagem, e a escola diante dessa conjectura, está em constante mudança, seja no campo das práticas curriculares, seja nas prescrições dos documentos oficiais que impactam diretamente e indiretamente no currículo institucionalizado por esse ambiente.

Para Sacristán (2000), propõem em sua obra a reflexão acerca da diferença entre currículo proposto (ou prescrito, no caso dos documentos curriculares) e o currículo vivido (o que pode-se entender pelas práticas curriculares), elucida que o currículo prescrito é um instrumento que serve para modelar a escola com prescrições de uma política curricular no sentido de a instituição escolar ter uma cultura comum, um currículo mínimo e de igualdade de oportunidades, de organização dos saberes e de controle sobre as práticas de ensino. O currículo vivido é aquele que “foge” dos padrões estabelecidos pela prescrição, ou seja, algo que pode ter traços do prescrito, já que ele serve de molde, mas que, na prática, é interpretado pelos profissionais das instituições escolares de outra forma.

De acordo com Sacristán (2000),

[...] o currículo que se realiza por meio de uma prática pedagógica é o resultado de uma série de influências convergentes e sucessivas, coerentes ou contraditórias, adquirindo, dessa forma, a característica de ser um objeto preparado num processo complexo, que se transforma e constrói no mesmo. Por isso, exige ser analisado não como um objeto estático, mas como a expressão de um equilíbrio entre múltiplos compromissos. E mais uma vez esta condição é crucial tanto para compreender a prática escolar vigente como para tratar de mudá-la (SACRISTÁN,2000, p. 102), .

O escritor afirma na citação que o currículo deve ser examinado além da simples prescrição, já que, conforme argumentado na própria citação aqui mencionada, não é um objeto imutável, mas uma série de elementos que estão em constante mudança através dos indivíduos que formam o ambiente escolar, e ou elementos que os cercam no ambiente escolar.

Para Goodson (1995, p. 21), “O currículo escrito, nos proporciona um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações, constitui também um dos maiores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da escolarização.” Trata-se de uma espécie de roteiro de elementos passíveis de ser ensinados e aprendidos, definidos prioritariamente.

O currículo ou o currículo escolar, desde a última década do século XX, vem sendo discutido por muitos autores e correntes teóricas, desde os mais tradicionais às visões mais

pós-modernas, na escola pública de educação básica nos cursos de formação continuada e ou formação em serviço, no que tange ao Currículo na Educação Especial. As discussões aparecem ainda de maneira tímida, e muitas vezes vinculadas a grupos de pesquisas no âmbito das universidades públicas e privadas, que evidenciam conceitos, concepções, e práticas curriculares sem levar em conta os contextos e as realidades políticas das escolas e mesmo sem uma discussão aprofundada do currículo para o campo da Educação Especial na perspectiva Inclusiva.

No que diz respeito às discussões aqui iniciadas, sobre o currículo escolar, especificamente o currículo escolar na Educação Especial na perspectiva Inclusiva, é complexo e importante, complexo no sentido de que engloba uma discussão política que está presente nos documentos oficiais nacionais e internacionais que ganha um novo direcionamento e debate (influenciando, assim, os tipos de textos curriculares escolares e as práticas) e importante porque a questão curricular gira em torno de tensões e disputas que não sinalizam um currículo flexível ou um currículo funcional, em face aos estudantes com deficiência no cotidiano escolar.

Nesse sentido, as escolas devem ser capazes de determinar sua organização curricular e o professor deve ter autonomia para propor diferentes estratégias, por meio das reflexões e orientações curriculares tem sido produzidas a partir das particularidades dos estudantes com deficiência, entre outras com comorbidades associadas ao Dislexia, TDAH, TEA, Dispraxia, Dislalia, deve-se partir do reconhecimento nelas existente, uma vez que cada um é um ser humano único, restringindo-se à “Flexibilização Curricular”, em seguida a “Adaptação Curricular” - acessibilidade curricular ou Diferenciação Curricular e procedimentos pedagógicos especiais e, principalmente, em espaços institucionalizados, e em outras situações procedimentos pedagógicos com temporalidade específica para estudantes que apresentam laudos médicos com complexo comprometimento cognitivo e ou características de aprendizagens diferentes dos “normais”.

É importante salientar que as discussões sobre currículo escolar e currículo na Educação Especial na perspectiva Inclusiva, aqui de maneira sucinta, é complexa e contém um maior aprofundamento na obra de Vigotski (2009) ou de autoras como Oliveira e Pletsch (2016). Todo esse processo é a garantia de uma aprendizagem significativa que o estudante com deficiência deve ter no contexto escolar. Para Correia e Moraes (2015, p. 68), a aprendizagem é um “[...] processo social e ocorre por meio da mediação do adulto, fazendo uso de instrumentos e signos”. O que vislumbra que essa aprendizagem pode ser desencadeada somente com o conhecimento que os professores possuem sobre

as particularidades de seus estudantes, considerando o processo de desenvolvimento das habilidades intelectuais dos estudantes com deficiência sensorial, intelectual, física entre outras.

O reconhecimento das diferenças, o respeito, a valorização, as formas como os estudantes da Educação Especial na perspectiva Inclusiva expressam seus conhecimentos ao longo da trajetória escolar, atendendo às singularidades de sua aprendizagem e desenvolvimento, ao considerar a “Flexibilização Curricular” – “ Adaptação Curricular”, e ações pedagógicas para a tomada de decisão da gestão do currículo na Educação Especial na perspectiva Inclusiva escolar. O que implica na diversificação de métodos, práticas pedagógicas, acessibilidade dos materiais pedagógicos e diversificação de metodologias de ensino, aprendizagem, línguas e recursos, compreendam a forma como seus estudantes aprendem e se desenvolvem, para que possamos avançar no que diz respeito às práticas curriculares para esses sujeitos, trabalhando de forma colaborativa com os diferentes profissionais da escola.

### **3. Adaptar, adequar, diferenciar: reflexões a partir das políticas curriculares para o público-alvo da Educação Especial.**

Diante das discussões já empreendidas a partir de teóricos que abordam o tema sobre currículo escolar, ainda é preciso explicitar conceitos e concepções emergentes que tornam-se visíveis nos documentos oficiais nacionais, internacionais e na vasta literatura sobre Educação Especial na perspectiva Inclusiva, com pouca ênfase nas adaptações curriculares, de modo a atender adequadamente as crianças com deficiência e garantir a inclusão dos estudantes com deficiência na sala de aula regular.

Nesse sentido, torna-se muito frequente professores e profissionais do AEE – Atendimento Educacional Especializado produzirem, reproduzirem e dividirem opiniões divergentes sobre as adaptações curriculares, focalizando questões como: quem deve adaptar, adequar, diferenciar ou flexibilizar? Há diferença? Se sim, qual é? De outro lado há professores que defendem as adaptações curriculares como uma forma de elevar o nível dos estudantes, enquanto outros acreditam que isso pode diminuir as expectativas em relação ao potencial dos estudantes.

A “Adaptação Curricular” para os estudantes com deficiência está prevista na Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Capítulo V em seu artigo 59, “[...]”

assegura às pessoas com deficiência o direito à educação, preferencialmente na rede regular de ensino, para tanto, exigindo adaptação e ou flexibilização de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender as suas necessidades.” O que também é proposto o recurso da “Adaptação Curricular”, como resposta aos aos estudantes com deficiência, para que tenham os eus currículos escolares adaptados às suas necessidades.

No aprofundamento da pesquisa, os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1998) , o Decreto nº 3.298/1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 1999), o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), que indicam diretrizes para os estudantes com necessidades educacionais especiais, e reforçam como a inclusão escolar foi se solidificando no Brasil, principalmente com o disposto sobre Educação Especial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/1996 – LDBEN/96.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1998), destaca que “[...] qualquer adaptação deve ser concebida com base nos seguintes critérios: o que, como e quando o estudante deve aprender, quais as formas de organização dos processos de ensino serão mais eficazes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar o estudante”. Os documentos oficiais, o termo “Adaptação Curricular” apresentam-se como uma proposta para se pensar a Educação Especial citados propoem-se um mudança de novo paradigma para se pensar a Educação Especial, ou um novo paradigma, que se justifica não na mudança do estudante para se adaptar/adequar à escola, mas na mudança do meio (da escola) em que o estudante está inserido, nesse caso, por meio das práticas curriculares ou do currículo escolar.

A Resolução nº 02/2001, do Conselho Nacional de Educação, no item III do Art. 8º, descreve, por sua vez, que as escolas da rede regular de ensino devem organizar suas classes comuns a fim de dar suporte para:

Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória (RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 02/2001).

No Documento Subsidiário à Política de Inclusão (BRASIL, 2005), na Política Educacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e na Resolução CNE/CEB nº 4 de 2 de outubro, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009).

Nos documentos mencionados de 2005 a 2009, que norteiam a Educação Especial no Brasil surgem o termo “Flexibilização Curricular”, o que se propõem, sendo discutido é um currículo flexível na escola. Uma abordagem inclusiva para o currículo envolve a adaptação e a flexibilização das práticas pedagógicas e materiais de ensino para atender às necessidades individuais dos estudantes (PACHECO, 2005).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Educação Especial (Brasil, 1998), a importância da flexibilização curricular na escola inclusiva é respaldada por pesquisas e diretrizes educacionais, por exemplo, os PCN(1998), oferecem orientações sobre adaptações curriculares para estudantes com “necessidades educacionais especiais”. O que pode ser traduzido a luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Educação Especial (Brasil, 1998), que a “Flexibilização Curricular”, é o currículo flexível, por meio de uma abordagem pedagógica que adapta o ensino para atender o público alvo da Educação Especial de acordo com suas particularidades e faixa etária que está em idade escolar.

A compreensão da “Flexibilização Curricular” pode ser enriquecida pela pesquisa de Gouveia (2012), que define um currículo flexível na escola como uma oportunidade para a diferenciação pedagógica. Isso significa um entendimento da instituição escolar que valoriza suas particularidades e reconhece as diversas formas de aprendizagem dos estudantes.

No trabalho de Gouveia (2012), a autora argumenta que a “Flexibilização Curricular” vai além da mera adaptação das atividades em sala de aula. Para ela, essa abordagem é resultado de um currículo flexível que permite aos professores planejar estratégias adequadas às necessidades de seus estudantes. Gouveia (2012), em suas reflexões sobre um currículo voltado para estudantes com necessidades educativas especiais, a autora destaca que um currículo homogenizador tende a acentuar as dificuldades desses estudantes, restringindo assim as oportunidades para que a pedagogia se adapte às suas necessidades específicas.

Seguindo os apontamentos de Gouveia (2012, p. 30), “[...] se o currículo for fechado, as necessidades educativas do estudante correm sérios riscos de aumentar, mas, pelo contrário, as suas necessidades poderão ser atenuadas se o currículo desenvolvido for aberto e flexível”.

O termo “Flexibilização Curricular”, pode ser caracterizado como um processo

“maior” para que as adaptações, adequações e diferenciações sejam possíveis do que como uma estratégia pontual para o estudante com alguma necessidade no contexto escolar. O que é possível compreender que primeiramente haverá a “Flexibilização Curricular” como uma possibilidade para a adaptação, adequação dos professores, dos materiais ou do conteúdo/objetos de aprendizagem, e a uma adequação do professor às novas metodologias de ensino, processos didáticos, para que haja novos processos de aprendizagem, entendendo que a escola é plural e que as diferenças fazem parte do contexto escolar.

A “Adaptação Curricular” também está prevista na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) no Art. 26 que dispõe sobre os fatores relativos à escola, assegurando que o currículo deve ser adaptado às especificidades de cada estudante e não o contrário. Assim, levando em consideração que cada estudante tem habilidades e interesses diferentes, a escola deve oferecer oportunidades curriculares adequadas à faixa etária do estudante, ano/série considerado ainda às especificidades de cada estudante.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), também é um instrumento importante quando se trata da educação escolar inclusiva. No artigo 28 é mencionado a necessidade de o estado promover adaptações razoáveis para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir seu acesso pleno ao currículo em condições de igualdade, promovendo sua autonomia. Dessa forma, reconhece-se o direito à inclusão escolar como um direito da pessoa com deficiência, e cabe às escolas adotarem medidas para adaptar o currículo às necessidades dos estudantes.

Portanto, a “Adaptação Curricular”, não se refere à elaboração de dois currículos distintos – um regular e outro especial, mas sim à realização de ajustes necessários dentro de um modelo de currículo unificado. A abordagem das adaptações curriculares deve ter como objetivo a ampliação do currículo, preservando o equilíbrio nas práticas pedagógicas e diversificando as atividades, os métodos e práticas pedagógicas. Dessa forma, assegura-se que todos os estudantes, com ou sem deficiência, possam participar plenamente do ensino regular.

Em face aos apontamentos descritos nos documentos oficiais nacionais e internacionais no que tange às discussões sobre “Adaptação Curricular”, “Flexibilização Curricular”, adequação curricular, é preciso reconhecer que as propostas elegem elementos pouco comuns ao cenário curricular da Educação Especial, que sempre se configurou com uma centralidade nos aspectos pertinentes à deficiência, propondo uma especialização do currículo principalmente nos aspectos metodológicos.

Na perspectiva da “Flexibilização Curricular” e consequentemente a “Adaptação Curricular”, deseja-se que,

[...] a busca de soluções para as necessidades específicas do estudante, não o fracasso na viabilização do processo ensino-aprendizagem. As demandas escolares precisam ser ajustadas, para favorecer a inclusão do estudante. É importante observar que as adaptações focalizam as capacidades, o potencial, a zona de desenvolvimento proximal (nos termos de Vigotsky) e não centralizam nas deficiências e limitações do estudante como tradicionalmente ocorria. (BRASIL, PCN, 1999, p. 38).

A proposta das Adaptações Curriculares, emanada nos documentos oficiais nacionais e internacionais extrapola a visão reducionista e reconhece a amplitude da questão educacional e principalmente daquelas pertinentes ao funcionamento escolar. O pensamento e o discurso pedagógico da escola, dos professores da sala de aula regular, dos profissionais do AEE – Atendimento Educacional Especializado, não podem instituir a cultura da especialização, devendo transpor a discussão curricular dos aspectos pragmáticos, adaptativos, podendo refletir sobre os diferentes tipos de escolhas educativas, e da compreensão da relação currículo, escola, deficiência, o que também permite que os professores analisem o currículo, como uma prática complexa, sob diversas perspectivas e enfoques, uma prática de função socializadora e cultural, concretizando as funções da própria escola.

O documento normativo obrigatório da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, em vigência, tem como objetivo garantir uma educação de qualidade e igualitária para todos os estudantes em todo o território nacional. Um aspecto particularmente relevante abordado por essa diretriz é a “Diferenciação Curricular”, uma abordagem que preconiza um ensino flexível, capaz de atender às distintas características de cada estudante.

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os estudantes com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com

Deficiência -Lei nº 13.146/2015 (BNCC, 2017, p. 14-15)

Isto é, o desafio tem sido abordar o conceito de diferenciação sem reforçar o estigma historicamente associado às dificuldades de aprendizagem ou transtornos de aprendizagens, mas variando os métodos, os recursos e as estratégias para atender às particularidades (ou necessidades) dos estudantes, tanto da sala de aula regular como dos estudantes que frequentam o AEE – Atendimento Educacional Especializado, sejam essas de origem cultural ou ligadas a uma condição física que pode inicialmente afetar o desenvolvimento.

Percebe-se no interior do documento normativo da BNCC (2017), que a Diferença Curricular está diretamente relacionada às alterações, metodologias, métodos elaboradas pelos professores que visam suprir necessidades particulares dos estudantes durante o percurso escolar. Em outras palavras, “A Diferenciação Curricular é sinalizada como uma abordagem filosófica de ensino que reconhece a diversidade existente no ambiente escolar”. (NUNES E MADUREIRA, 2015; ZERBATO, 2016).

No entanto, tais diferenciações não estão associadas a limitação, anulação dos conteúdos ou objetivos a serem propostos ao estudante; mas sim à revisão de estratégias e de recursos tecnológicos (de baixa ou alta tecnologia) usados para que o estudante com deficiência ou outras especificidades como ritmos, estilos de aprendizagens e com defasagens de aprendizagem possa participar das propostas educacionais.

Assim, conforme delineado pelo documento normativo da BNCC (2017), a “Diferenciação Curricular”, se traduz na adaptação do currículo escolar de acordo com as particularidades e necessidades individuais dos estudantes, respeitando suas diversidades e fomentando a inclusão educacional. Está fundamentada na compreensão de que a diversidade de níveis de aprendizagem, estilos de aprendizagem, e suas respectivas necessidades estão presentes em qualquer grupo de estudantes, ou seja, a diferenciação curricular é uma estratégia que visa a inclusão, a valorização das diferenças e o respeito à diversidade cultural.

### **1. “Flexibilização Curricular” – “Adaptação Curricular”: aspectos conceituais e pedagógicos**

A partir das reflexões estabelecidas nos documentos oficiais nacionais e internacionais, A flexibilização, adaptação e diferenciação curricular, vale esclarecer que suas definições variam, segundo Pires & Mendes (2019, p. 393), o termo “Adaptação

Curricular” é considerado ultrapassado na literatura específica, e faz referência a um período em que os estudantes com deficiência eram segregados nas escolas, com um ambiente dividido e excludor.

Na consulta no dicionário online da Língua Portuguesa (2018), afim de compreensão dos dois vocabulos “adaptação”: ajustar, amoldar, acomodar. Na sequência o vocábulo "flexibilização" não é encontrado no dicionário.. Quando digitado no editor de textos aparece o seguinte alerta: “flexibilização” pode ser considerado um caso de neologismo. No entanto, com significado semelhante encontra-se o termo "flexibilidade", que é qualidade do que é flexível.As concepções e práticas de adaptar o currículo de maneira a permitir que todos os estudantes com deficiência de um determinado ano/série possam acompanhar e aprender os mesmos conteúdos ou objetos de aprendizagem, levando em consideração suas habilidades individuais, os vocabulos “adaptação e flexibilização” são considerados sinônimos.

Segundo Minetto (2021), a adoção da abordagem de ”Flexibilização Curricular”é “[...] essencial para garantir uma educação inclusiva nas escolas, pois permite que o plano de ensino seja ajustado de acordo com as características individuais, habilidades e interesses dos estudantes”. Nessa conjectura os profissionais do AEE – Atendimento Educacional Especializado, e os professores da sala de aula regular, devem basear a ”Flexibilização Curricular” sob dois princípios fundamentais, sendo que o primeiro principio é a normalização, que busca garantir o acesso igualitário a serviços educacionais básicos, com a “Flexibilização Curricular” às particularidades de cada estudante. O segundo princípio, trata-se da “ Adaptação Curricular” que é a individualização, que reconhece a singularidade de cada estudante e propõe uma abordagem personalizada, adaptando o currículo de acordo com suas necessidades específicas.

Dessa maneira, os profissionais do AEE – Atendimento Educacional Especializado, e os professores da sala de aula regular, em um trabalho colaborativo na escola, devem em primeiro lugar flexibilizar o currículo, em seguida proceder a “ Adaptação Curricular”, ou seja, a constituição de um conjunto de metodologias, estratégias que possibilitam ao professor, se necessário, adaptar o currículo flexibilizado às metas de ensino, no que envolve habilidades e conteúdos presentes no currículo escolar.

Nesse contexto e seguindo as orientações dos documentos nacionais e internacionais apropriou-se do vocábulo “Adaptação Curricular”, que ficou claro no corpus do texto que significa toda e qualquer ação pedagógica que tenha a intenção de ajustar o currículo para proporcionar respostas educativas aos estudantes com deficiência no contexto escolar.

Foi neste parâmetro que os documentos nacionais do Conselho Nacional de

Educação – Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), e Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno (CNE/CP), tem a preocupação de se pensar um currículo para a escola inclusiva com ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos estudantes.

Considerando as políticas públicas em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o atual cenário educacional, onde a cada dia nas unidades escolares inúmeras matrículas de estudantes com deficiência são efetivadas, orientam significativamente elementos basilares para a educação de estudantes com deficiências específicas acenam para alguns grupos: estudantes com deficiência (auditiva, intelectual, visual, física, múltipla e a surdo cegueira), estudantes com transtornos globais do desenvolvimento (atualmente denominado de TEA – Transtorno do Espectro Autista), estudantes com altas habilidades/superdotação e estudantes com transtornos funcionais específicos da aprendizagem, a organização do trabalho pedagógico com “Flexibilização Curricular” e “Adaptação Curricular”, caberá ao profissional do AEE – Atendimento Educacional Especializado, professor da sala de aula regular, psicopedagogos e às equipes técnicas de apoio das secretarias municipais ou estaduais de educação com vistas ao desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com deficiência para a efetivação do processo de inclusão escolar.

As discussões empreitadas nessa pesquisa sobre “Flexibilização Curricular” - ” Adaptação Curricular”, são bem complexas, mas o professor regente de aulas, o professor regente de turma e o profissional do Atendimento Educacional Especializado precisam compreender e ter clareza sobre os princípios fundamentais, funcionalidade e operacionalização pedagógica, pois não se trata apenas de uma mera modificação ou acréscimo de atividades complementares na estrutura curricular, ou reduzir/fragmentar/simplificar os conteúdos obrigatórios mínimos, mas torná-lo acessível. Há saberes que são essenciais como base para outras aprendizagens e que devem ser mantidos, como garantia de igualdade de oportunidades de acesso a outras informações, portanto fundamentais para a apropriação do conhecimento.

É importante ressaltar que as “Adaptação Curricular” não devem ser vistas apenas como uma reorganização do currículo, mas sim como estratégias educacionais voltadas para atender estudantes com deficiência e facilitar sua inclusão no processo de ensino e aprendizagem. Reitera-se também que o currículo escolar, seja ele da rede municipal ou da rede estadual de ensino, é uma referência básica e, a partir dele, são implementadas a operacionalização pedagógica ou didática para a “Flexibilização e Adaptação Curricular”, a fim de nortear a

organização do trabalho de acordo com as necessidades do estudante.

Deste modo, é importante tecer que a escola, o profissional do AEE – Atendimento Educacional Especializado, o professor regente de turma e o professor regente de aulas compreendam que, qualquer modificação que necessite ser realizada no currículo escolar, por menor que seja, é considerada uma “ Adaptação Curricular”. Essas adaptações podem abranger modificações físicas, metodológicas/didáticas, e o uso das Tecnologias Assistivas em sala de aula com o objetivo de promover a autonomia e a possibilidade de realização de tarefas.

As adaptações curriculares são ferramentas essenciais que garantem as respostas educacionais aos estudantes que precisam dessa operacionalização pedagógica ou didática principalmente em regime colaborativo com o profissional do AEE na SRMs– Sala de Recursos Multifuncionais, onde essas adaptações são extremamente importantes para que os estudantes tenham acesso ao currículo escolar comum.

“[...] As SRMs configuram-se como principal meio de implementação da Política Nacional da Educação Especial com foco na inclusão sendo definidas como espaços físicos providos de recursos extras, tais como: Libras, Sistema Braille, Soraban e Escrita Cursiva, Currículo funcional e produção de livros em formato digital, com o objetivo de auxiliar os estudantes na aquisição da aprendizagem, visando promover a autonomia e independência dos estudantes, facilitar a formação/construção de valores e ampliar os conhecimentos a cerca das situações cotidianas, focando no desenvolvimento das habilidades inter e intrapessoais (BRASIL, 2008).

As salas de Recursos Multifuncionais são destinadas a estudantes que façam parte do público-alvo da Educação Especial, conforme preconizado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este público inclui estudantes com deficiências físicas, intelectuais, auditivas, visuais, múltiplas e TEA, que necessitam de adaptações específicas para o pleno desenvolvimento escolar e social.

Logo durante a realização da operacionalização pedagógica ou didática da “Flexibilização Curricular” e “Adaptação Curricular”, é importante o profissional do AEE – Atendimento Educacional Especializado deve fazer levantamento das necessidades do estudante, em conformidade com o laudo médico e com o PEI – Plano de Ensino Individualizado para selecionar os recursos adequados para utilização tanto na Sala de Recursos Multifuncionais quanto na sala comum, e o professor regente de turma e professor regente de aulas, reconheçam em regime colaborativo que cada estudante possui uma maneira e um ritmo

diferente de aprender, sendo necessário que sua individualidade seja respeitada.

O PEI - O Plano de Ensino Individualizado torna-se um instrumento facilitador, uma vez que, por meio dele, será possível obter um conjunto de informações pertinentes sobre cada estudante. Este apanhado de informações auxilia na operacionalização do processo de “ Adaptação Curricular”, na visualização da demanda do estudante por recursos e serviços de tecnologia assistiva, construindo um currículo diferenciado e focado nas necessidades dos estudantes. Além disso, trata-se de um instrumento de grande valia, ao esboçar elementos importantes para a futura certificação desse perfil de alunado.

Assim para que esse processo seja eficaz não basta somente as orientações para a “Flexibilização Curricular”- Adaptação Curricular, extensas leituras sobre o tema, ou uso de jogos e materiais pedagógicos despropositados, desconectados do currículo escolar, faz-se necessário que o profissional do AEE – Atendimento Educacional Especializado e o professor regente de turma e professor regente de aulas, conheçam o estudante e suas particularidades, observação diária em sala de aula, a escuta, bem como os documentos como laudo médico, avaliação da equipe multidisciplinar que irão definir a elaboração do PDI – Plano de Desenvolvimento Individual ou o PEI – Plano Educacional Individualizado e conseqüentemente do PAEE - Plano de Atendimento Educacional Especializado para assim, definir quais serão as adaptações necessárias para promover a inclusão na escola e na sala de aula.

Segundo Stainback e Stainback (2007, p. 21), a utilização do PEI facilita o trabalho dos docentes e a aprendizagem dos estudantes; pois, esse plano sugere que, para cada estudante com necessidade educacional especial, deve ser criado um plano de trabalho individualizado, para que seja possível acompanhar o seu desempenho “[...] As decisões quanto às Adaptações Curriculares que deverão ser implementadas deverão considerar as características individuais do estudante, segundo as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica” (BRASIL, 2001).

Conforme o documento Adaptações Curriculares (BRASIL, 2000), existem dois níveis de adaptações: as adaptações de Grande Porte (Significativas) e as de Pequeno Porte (Não significativas):

As Adaptações de Grande Porte (Significativas): são ações da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa,

financeira, burocrática, etc, que podem ser nas modalidades: organizativas, objetivos de ensino, conteúdo, avaliação, método de ensino, temporalidade, sendo de responsabilidade exclusiva dos órgãos gestores.

As adaptações de Pequeno Porte (Não Significativas): podem ser efetivadas nas mesmas modalidades, mas de responsabilidade direta do professor responsável pela classe (BRASIL, 2000).

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte compreendem, portanto, modificações de competência do professor, constituindo-se em pequenos ajustes nas ações e práticas a serem desenvolvidas em sala de aula, encontra-se no âmbito de responsabilidade do professor, não exigindo autorização nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, e sim atender a necessidade do estudante e a conveniência pedagógica.

Para Oliveira e Machado (2007, p. 36), as Adaptações Curriculares

[...] “envolvem modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os estudantes, em relação à construção do conhecimento. (OLIVEIRA & MACHADO, 2007, p. 36)

Nessa conjectura as autoras supracitadas, afirmam que Adaptações Curriculares, envolvem modificações na organização do trabalho pedagógico na educação básica, assim cabendo ao professor realizar:

- I. Criar condições físicas, ambientais e materiais para participação do estudante
- II. com deficiência na sala de aula;
- III. Propiciar os melhores níveis de comunicação e de interação do estudante com
- IV. as pessoas com os quais convive na comunidade escolar;
- V. Favorecer a participação do estudante nas atividades escolares;
- VI. Fornecer ou atuar para aquisição dos equipamentos e recursos materiais
- VII. específicos necessários;
- VIII. Adaptar materiais de uso comum em sala de aula;
- IX. Adotar sistemas alternativos de comunicação para os estudantes impedidos de
- X. comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no
- XI. processo de avaliação;
- XII. Favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade. De menos valia ou

de fracasso (BRASIL, 1998, p.44).

A proposição de re-significar a prática pedagógica do professor da sala de aula regular e do profissional do AEE – Atendimento Educacional Especializado, sugere-se que as suas ações sejam analisadas e refletidas também sobre seus instrumentos de trabalho, no caso os componentes de seu planejamento e na elaboração do PAEE - Plano de Atendimento Educacional Especializado, na definição dos objetivos a serem alcançados de maneira colaborativa, envolvendo a equipe pedagógica, os familiares do estudante e o próprio estudante. O estabelecimento de metas educacionais individuais é onde professor e estudante trabalham juntos.

Para Libâneo (1994),

Os objetivos antecipam resultados e processos esperados do trabalho conjunto do professor e dos estudantes, expressando conhecimentos, habilidades e hábitos (conteúdos) a serem assimilados de acordo com as exigências metodológicas (nível de preparo prévio dos estudantes, peculiaridades das matérias de ensino e características do processo de ensino e aprendizagem). (LIBÂNEO, 1994, p.119)

Partindo desse princípio é clara a necessidade de um posicionamento ativo do professor tanto no seu planejamento, quanto no desenvolvimento de suas aulas, sobre o que ele espera que o estudante aprenda. Vale dizer que, as adaptações dos objetivos pedagógicos existentes no seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e as necessidades especiais do seu estudante incluso.

Portanto, pode-se afirmar que a “Flexibilização Curricular” - “Adaptação Curricular” dos objetivos determina o aprendizado dos estudantes, faz-se necessário selecionar os conteúdos, a metodologia de ensino e à criação de ferramentas de avaliação de desempenho. Nos procedimentos didáticos e nas atividades, faz-se necessário à nível de adaptações: modificação de procedimentos, atividades alternativas e complementares, modificação do nível de complexidade das atividades, seqüenciamento da tarefa, seleção e adaptação dos materiais, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

Com relação aos conteúdos, eles formam a base objetiva do ensino, sendo um marco inicial no processo pedagógico e social, pois, para Libâneo (1994), o professor transforma os conteúdos em instrumentos pelos quais os estudantes aprendem, definindo-os da seguinte forma.

Conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais da atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos estudantes na sua prática de vida (LIBÂNEO, 1994, p.128).

Vale ressaltar que nem todos os estudantes com deficiência conseguem assimilar um conteúdo específico se este for abordado pelo professor de maneira única. Alguns precisam que o conteúdo seja explicado por etapas, sempre introduzindo e retomando o conteúdo. Nessa situação o professor pode precisar remover elementos da sequência que compõe a atividade, ou (re)organizar a atividade, dividindo-a em etapas menores, com menor dificuldade entre uma e outra, etc.

Nos achados da pesquisa, as recomendações do MEC, (2000, p. 24), concernentes à adaptação de conteúdos está, articulada à adaptação dos objetivos educacionais, deve observar a prioridade quanto aos tipos de conteúdos, a prioridade de áreas ou unidades de conteúdo, a reformulação da sequência de conteúdos e a eliminação de conteúdos secundários.

No que tange a reorganização e adaptação de conteúdos, os PNC (1998), orienta aos seguintes princípios:

- I. À priorização de áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidades e que sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores. Ex: habilidades de leitura e escrita, cálculos etc;
- II. À priorização de objetivos que enfatizam capacidades e habilidades básicas de atenção, participação e adaptação do estudante. Ex: desenvolvimento de habilidades sociais, de trabalho em equipe, de persistência na tarefa etc;
- III. À sequencição pormenorizada de conteúdos que requeiram processos gradativos de menor à maior complexidade das tarefas, atendendo à sequencia de passos, à ordenação da aprendizagem etc;
- IV. Ao reforço da aprendizagem e à retomada de determinados conteúdos para garantir o seu domínio e a sua consolidação;
- V. À eliminação de conteúdos menos relevantes, secundários para dar enfoque mais intensivo e prolongado a conteúdos considerados básicos e essenciais no currículo (BRASIL,1998, p.36).

Ainda, sobre as adaptações dos conteúdos, há necessidade do professor levar em consideração os conhecimentos adquiridos e habilidades desenvolvidas, os conhecimentos não adquiridos e habilidades não desenvolvidas, os interesses, as experiências e como o estudante com deficiência aprende, respeitando o ritmo e estilo de aprendizagem

O conteúdo a ser trabalhado com o estudante será sempre delineado pelos objetivos postos no plano de ensino. Entretanto, a ordem em que o conteúdo e suas subdivisões são apresentados, a prioridade que o professor dará às diferentes unidades, áreas, itens e subitens do plano de ensino, bem como a ênfase que dará a um item do conteúdo, em detrimento de outro, é de sua competência decidir, sempre em função das necessidades especiais presentes (BRASIL, 2000, p. 24)

Para Oliveira e Machado (2007), “o uso de atividades que impliquem em diferentes graus de dificuldade pode permitir diferentes possibilidades de execução e de expressão para estudantes com diferentes níveis de desenvolvimento e de conhecimento”. O uso de diversos tipos de atividades requer um olhar cuidadoso e uma escuta pedagógica para a adaptação das atividades, já que nem todos os estudantes conseguem assimilar um conteúdo específico da mesma maneira que é ensinado.

A Adaptação Curricular de Pequeno Porte, envolve também a adaptação de materiais, que trata-se de um método didático e pedagógico que pode ser favorável para estudantes com deficiência. Destaca-se a produção de recursos pedagógicos adaptados, o uso e o desenvolvimento de recursos e serviços de tecnologia assistiva, direitos garantidos pelo Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011) e pela Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), quando mencionam que os sistemas educacionais devem assegurar o plano de atendimento educacional especializado, a organização de recursos e serviços de acessibilidade, além da disponibilização e a usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva.

Considerando as especificidades do processo educacional do estudante público alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), as adaptações referidas podem ser implantadas em várias áreas do conhecimento, unidades de ensino, temáticas, e momentos da atuação do professor: “na promoção do acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação e na temporalidade” (ARANHA, 2000, p. 9),

Assim Aranha (2000, p. 29-30), elucida que a Adaptação na Temporalidade do

processo de ensino e aprendizagem, tanto aumentando, como diminuindo o tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os consequentes conteúdos, pois os estudantes com deficiência possuem o seu ritmo próprio de aprendizagem necessitando de um tempo maior (ou menor) para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos no currículo, por isso faz-se necessário a adaptação na temporalidade.

No contexto da Adaptação Curricular para estudantes com deficiência, a terminalidade e a concessão de um tempo maior para a realização de atividades são consideradas. A Adaptação Curricular visa garantir que o estudante possa acessar o conteúdo, cumprir o currículo e, ter direito à conclusão da escolaridade. Ao trazermos para a discussão as adaptações curriculares e o atendimento educacional especializado, além das diversas possibilidades pedagógicas e tecnológicas que emergem no contexto da diversidade de perfis de estudantes, é preciso entender quem é esse estudante foco das adaptações curriculares.

### **Considerações Finais**

A Flexibilização Curricular - Adaptação Curricular, prevista nos documentos oficiais nacionais e internacionais como um direito assegurado às pessoas com deficiência, visa garantir o acesso ao conhecimento, bem como o acompanhamento e a permanência dos estudantes nas salas de aulas regulares. A flexibilização curricular desempenha um papel fundamental na construção de uma escola inclusiva e verdadeiramente equitativa. A educação inclusiva visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características, demandas ou origens, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver seu potencial máximo, em que o aprendizado realmente aconteça. Nesse contexto, a flexibilização curricular emerge como uma estratégia essencial para atender às demandas individuais dos estudantes, promovendo uma aprendizagem significativa e adaptada a cada contexto.

Flexibilização Curricular não se trata apenas da adaptação de conteúdos, mas sim da criação de um ambiente educacional que seja sensível às necessidades emocionais, cognitivas e sociais dos estudantes. Ela promove o diálogo, a colaboração e a cocriação entre educadores, estudantes e comunidades, garantindo que a educação seja verdadeiramente inclusiva e responsiva. No entanto, é importante ressaltar que a flexibilização curricular deve ser realizada com base em princípios pedagógicos sólidos e em conformidade com os objetivos educacionais e de acordo com o documento normativo da BNCC.

A flexibilização não implica em uma diluição dos padrões de aprendizagem, mas sim

em uma abordagem mais adaptada e personalizada para alcançar esses padrões de maneira acessível a todos. Com base nas evidências e resultados que compõem este artigo, são consideradas valiosas as reflexões sobre a “Flexibilização Curricular e a Adaptação Curricular” em suas várias dimensões, especialmente, quando se pensa um currículo inclusivo, que necessita ser repensado e redirecionado para atender diferentes dificuldades de aprendizagem em suas formas de se aprender e ensinar.

Considera-se ainda que essa temática deve ser abordada com maior profundidade nos cursos de formação de professores como para os profissionais do AEE, visto que a flexibilização Curricular – Adaptação Curricular, são modificações realizadas em regime colaborativo.

## Referências

ARANHA, M.S.F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, E.J. (org) Educação Especial temas atuais, Marília Publicações: Marília SP, 2000.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. BRASIL. **Conferência Mundial de Educação para Todos**. MEC, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Portal da SEESP - Secretaria da Educação Especial. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares - Estratégias para educação de estudantes com necessidades especiais**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998. Disponível em: [www.ibc.gov.br/media/common/Downloads\\_PC�.PDF](http://www.ibc.gov.br/media/common/Downloads_PC�.PDF). Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares - Estratégias para educação de estudantes com necessidades especiais**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2000. Disponível em: [www.ibc.gov.br/media/common/Downloads\\_PC�.PDF](http://www.ibc.gov.br/media/common/Downloads_PC�.PDF). Acesso em: 25 mar. 2025.

\_\_\_\_\_. Lei Nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União 2015.

BRASIL.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 02/01. **Institui Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001b.

- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica /CNE-CEB, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em: 15 abr.2025.
- \_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília: 2011.
- \_\_\_\_\_. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília: MEC, 2009.
- \_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 01/02. **Institui Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica nas escolas de campo**. Brasília: MEC, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Programa de Educação Inclusiva. Direito a diversidade**. Brasília: MEC-SEESP, 2003a. Disponível em: . Acesso em: 18 dez. 2024.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018
- FLICK, U. **Métodos de pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOUVEIA, M. F. B. P. Gestão flexível do currículo rumo a diferenciação pedagógica: contributos para a promoção de aprendizagens significativas. 2012. 464p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade da Madeira, Funchal, Portugal, 2012.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.
- MINAYO, M. C. Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17 (3): 621-626, 2012.
- MINETTO, M.F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2021.
- NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho Universal para a aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Revista Invest. Práticas**, v. 5, n. 2, Lisboa/PT. 2015
- OLIVEIRA, E.; MACHADO, K. S. **Adaptações curriculares: caminho para uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. (org.) Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007
- PACHECO, J. A. **Políticas curriculares: referenciais para análise**. Porto Alegre: Artes

Médicas, 2003

PIRES, Y. R.; MENDES, G. M. L. ADAPTAR, ADEQUAR, DIFERENCIAR: reflexões a partir das políticas curriculares para o público-alvo da Educação Especial. **Revista Espaço do Currículo**, v. 12, n. 3, p. 390–403, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n3.40581>. Acesso em: 9 fevereiro.2025.

SONZA, A. P.; DALL AGNOL, A.; SALTON, B. P. S. **Reflexões sobre o Currículo Inclusivo**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

UNESCO & MEC-Espanha. **Declaração de Salamanca e linha de ação**. Brasília: CORDE, 1994.

VIGOTSKY, L. S. (2007). **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

ZERBATO, A. P. **Desenho Universal Para Aprendizagem: práticas educativas na inclusão escolar**. Projeto de qualificação (Doutorado Em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 142f., 2016.